

# UM ESTUDO SOBRE O TRANSTORNO DA PERSONALIDADE ANTISSOCIAL

Anna Júlia Santana Vicente

Lucas Pereira Sagaz

Luísa Marques Almeida

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é contextualizar como se dá o real Transtorno da Personalidade Antissocial (TPAS) e contrapô-lo com sua representação midiática. Para isso, é abordada a descrição psiquiátrica do transtorno e uma exploração das implicações decorrentes do diagnóstico, a partir do entendimento de que a descrição previamente citada não oferece uma compreensão satisfatória do fenômeno psicológico. Depois, discutiu-se acerca de como a mídia representa os indivíduos com TPAS de maneira extrema e sensacionalista, associando-os sempre à imagem de *serial killers*, e de que a disseminação de tal visão tem consequências tanto no imaginário social quanto em questões mais práticas, como tratamentos e inserção na sociedade. Por fim, conclui-se que há uma super-representação da violência, que atende a um propósito econômico de entretenimento massificado cujo peso em sociedades capitalistas supera muito a demanda por dignidade e emancipação dos indivíduos com o transtorno.

**Palavras chaves:** Transtorno da Personalidade Antissocial; Comportamento Antissocial. Diagnóstico; Crime; Mídia.

## Introdução:

A escolha da temática do presente trabalho deu-se a partir do interesse dos autores no Transtorno da Personalidade Antissocial e no entendimento de que essa curiosidade é compartilhada com grande parte da população geral, uma vez que as produções cinematográficas que contém indivíduos considerados psicopatas vem aumentando em número e ganhando audiência.

Dessa forma, este estudo visa dar um panorama geral do Transtorno da Personalidade Antissocial e suas especificações comportamentais, seguido por uma discussão acerca do diagnóstico e de suas implicações, além de mencionar algumas das possíveis explicações para o transtorno. Ainda, objetiva-se discorrer sobre quais as representações midiáticas das pessoas que possuem o TPAS, se essas representações condizem com a realidade e quais as consequências das mesmas no imaginário social, o que influencia na maneira como a sociedade lida com esses indivíduos.

## 1. O Transtorno da Personalidade Antissocial

### 1.1 Caracterização Geral

O Transtorno da Personalidade Antissocial (TPAS) é vulgarmente conhecido como sociopatia ou psicopatia (Vasconcellos & Gauer, 2004). Ele consiste em uma manifestação padronizada de comportamentos que se divergem daqueles esperados pelas convenções e normas sociais compartilhadas na cultura do indivíduo. Por se tratar de um

transtorno da personalidade, corresponde a um padrão persistente de pensamento, de sentimento e de comportamento que se mostra relativamente estável ao longo do tempo (DSM-V, American Psychiatric Association, 2014).

O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais mais recente, DSM-V (APA, 2014), caracteriza o TPAS como um transtorno da personalidade do Grupo B. Isso significa que os indivíduos diagnosticados comumente parecem dramáticos, emotivos ou erráticos.

O modo persistente no qual o sujeito se relaciona com o ambiente e consigo mesmo somado ao que percebe e pensa sobre esses 2 elementos, caracteriza o que entendemos por um traço de personalidade. Na situação de um Transtorno da Personalidade, esses traços são significativamente mal-adaptativos, causam prejuízos funcionais e geram sofrimento subjetivo. Especificamente no TPAS, os traços de personalidade mais característicos correspondem à indiferença e violação dos direitos dos outros (DSM-V, American Psychiatric Association, 2014).

## 1.2 Critérios Diagnósticos

De acordo com o DSM-V (APA, 2014), para que o indivíduo seja diagnosticado com TPAS ele deve ter no mínimo 18 anos, todavia, os sintomas costumam iniciar-se na infância ou no início da adolescência. Além do critério da idade, o diagnóstico deve ser fornecido a partir dos critérios evidenciados na imagem abaixo.

---

# Transtornos da Personalidade do Grupo B

---

## Transtorno da Personalidade Antissocial

---

### Critérios Diagnósticos

**301.7 (F60.2)**

- A. Um padrão difuso de desconsideração e violação dos direitos das outras pessoas que ocorre desde os 15 anos de idade, conforme indicado por três (ou mais) dos seguintes:
    1. Fracasso em ajustar-se às normas sociais relativas a comportamentos legais, conforme indicado pela repetição de atos que constituem motivos de detenção.
    2. Tendência à falsidade, conforme indicado por mentiras repetidas, uso de nomes falsos ou de trapaça para ganho ou prazer pessoal.
    3. Impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro.
    4. Irritabilidade e agressividade, conforme indicado por repetidas lutas corporais ou agressões físicas.
    5. Descaso pela segurança de si ou de outros.
    6. Irresponsabilidade reiterada, conforme indicado por falha repetida em manter uma conduta consistente no trabalho ou honrar obrigações financeiras.
    7. Ausência de remorso, conforme indicado pela indiferença ou racionalização em relação a ter ferido, maltratado ou roubado outras pessoas.
  - B. O indivíduo tem no mínimo 18 anos de idade.
  - C. Há evidências de transtorno da conduta com surgimento anterior aos 15 anos de idade.
  - D. A ocorrência de comportamento antissocial não se dá exclusivamente durante o curso de esquizofrenia ou transtorno bipolar.
- 

**Figura 1: Critérios diagnósticos do TPAS.**

Fonte: DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, de American Psychiatric Association, 2014, 5ª edição.

O DSM-V (APA, 2014) ainda chama a atenção para alguns cuidados necessários na avaliação diagnóstica, como a consideração de que problemas de aculturação após imigração, costumes/valores religiosos e pressupostos políticos de diferentes culturas não devem ser considerados sintomas do TPAS. O diagnóstico também não pode ser confundido com transtornos por uso de substâncias, ou seja, a base comportamental da avaliação não pode ser resultado de intoxicação ou abstinência da substância na qual o indivíduo possui relação de dependência. Ademais, “os traços de personalidade que definem esses transtornos devem também ser diferenciados das características que surgem em resposta a estressores situacionais específicos ou estados mentais mais transitórios (p. ex., transtornos bipolar, depressivo ou de ansiedade; intoxicação por substância)” (APA, 2014, p. 647).

Para a avaliação diagnóstica desse transtorno, é importante entender que muitas vezes os indivíduos possuem traços de personalidade egossintônicos e, por isso, as características descritas na Figura 1 não são consideradas problemáticas por eles. Tendo isso em vista, é essencial a busca de informações fornecidas por suplementares. Também ressalta-se que este transtorno pode ser acentuado em momentos posteriores à perda de pessoas significativas ou à perda de situações sociais previamente estabilizantes (DSM-V, American Psychiatric Association, 2014).

Os sintomas comportamentais do TPAS podem ser distribuídos em 4 categorias: agressão a pessoas e animais, destruição de propriedade, fraude ou roubo ou grave violação a regras. Alguns exemplos são: destruir propriedade alheia, assediar outras pessoas, roubar, ter ocupações ilegais, mentir reiteradamente, usar nomes falsos, trapacear, velocidade excessiva recorrente, direção sob intoxicação, negligenciar ou falhar em cuidar de uma criança a ponto de colocá-la em perigo, comportamento laboral irresponsável, entre outros.

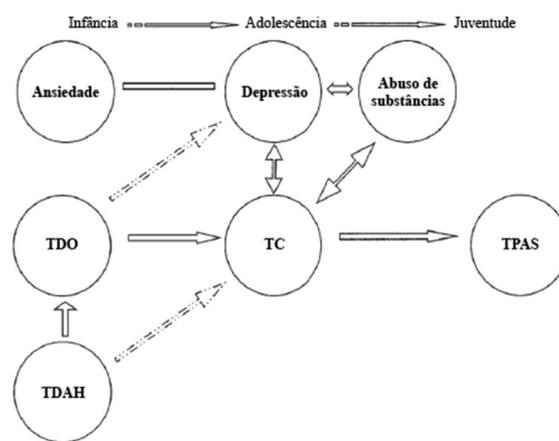
Por fim, apesar de frequentemente suas ações corresponderem a atos criminosos, é importante considerar que nem todo comportamento criminoso está associado a um transtorno da personalidade. No caso do TPAS, chama-se atenção para o critério A.7 representado na Figura 1, que corresponde a um traço de personalidade muito específico do diagnóstico desse transtorno que não pode ser desconsiderado na avaliação.

### **1.3 Comportamento Antissocial**

O comportamento antissocial não é exclusivo do TPAS e diz respeito a manifestações comportamentais específicas, que condizem com problemas de externalização. Como citado, os indivíduos referidos com esse tipo de manifestação costumam apresentar ações como agressividade, desobediência, oposicionismo, temperamento exaltado, baixo controle de impulsos, roubos, fugas, entre outros (Pacheco et al., 2005).

O DSM-V (APA, 2014) nos mostra que o termo antissocial também é utilizado para referenciar o Transtorno de Conduta (TC) e o Transtorno Desafiador Opositivo (TDO). Loeber (2000) aponta uma correlação entre esses dois transtornos e o TPAS, especificamente no que diz respeito ao TC. Ele evidencia a necessidade de criar categorias diagnósticas desse transtorno visando prognósticos preventivos. Nesse sentido, ele categoriza três possibilidades para crianças e adolescentes diagnosticadas com TC: persistir no comportamento disruptivo, reduzi-lo a nível de desistência ou, ainda, escalar para níveis mais sérios de um comportamento antissocial.

Os estudos de Loeber (2000) são importantes pois o TPAS só pode ser diagnosticado a partir dos 18 anos e, dessa forma, ele permite uma observação atenciosa em relação a presença de comportamentos antissociais em pessoas mais novas. A Figura 2, ao apresentar uma sequência de desenvolvimento que vincula transtornos de comportamento disruptivos e suas comorbidades, ilustra a associação dos três transtornos em questão - trata-se da tradução de um diagrama apresentado no artigo *Oppositional Defiant and Conduct Disorder: A Review of the Past 10 Years, Part I* (Loeber, 2000). Na imagem, a seta pontilhada indica uma relação na qual o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), quando combinado com a presença de um TDO, acelera o início do TC e piora sua gravidade. Já as linhas sem ponta de seta indicam relações nas quais a direção não é clara. Por fim, o diagrama apresenta que o TPAS na idade jovem adulta é um resultado provável de transtornos comportamentais disruptivos primários, tais como TDO e TC.



**Figura 2: Diagrama sequencial de desenvolvimento de transtornos de comportamento disruptivo.**

Fonte: *Oppositional Defiant and Conduct Disorder: A Review of the Past 10 Years, Part I*, de Loeber et al., 2000, em *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*.

## 2. TPAS e suas problemáticas

A prevalência dos transtornos de personalidade na população geral está estimada entre 0,5% e 3% (Soares, 2010). O autor pontua que nas prisões norte-americanas essa prevalência chega a 66%, apontando a relação entre crimes, transtornos desse tipo e, adicionalmente, o uso de drogas. Entretanto, atravessamentos diversos afetam a compreensão de tais transtornos. A população carcerária nos EUA, por exemplo, é 40% composta por pessoas pretas, evidenciando uma desproporcionalidade estatística devido ao fato desse grupo representar apenas 13% da população total do país (Sakala, 2014). Esse exemplo problematiza a ênfase em correlações como explicações efetivas de diagnósticos psicológicos, pois recortes sociais são sempre contextuais.

O DSM-V faz a seguinte colocação: “Surgiram preocupações de que o diagnóstico possa, algumas vezes, ser mal aplicado a indivíduos em contextos em que comportamentos aparentemente antissociais possam ser parte de uma estratégia protetora de sobrevivência.” (American Psychiatric Association, 2014). Nesse sentido, Patterson (1995) explora o modelo explicativo de coerção para os comportamentos antissociais, que

entende o comportamento como relação funcional, determinada pelo ambiente no qual o indivíduo está inserido.

Ao mesmo tempo, existe uma probabilidade maior de indivíduos possuírem o transtorno da personalidade antissocial quando seus familiares biológicos de primeiro grau detém o mesmo diagnóstico (American Psychiatric Association, 2014). Crianças que conviveram com seus pais biológicos e depois adotivos assemelham-se mais aos primeiros, indicando uma possível variável genética relevante; esta, ainda que influencie o desenvolvimento do repertório comportamental antissocial, não é suficiente para previsões consistentes.

Assim, o modelo funcional descrito anteriormente, onde a criança aprenderia esses comportamentos em casa, provavelmente devido à aversividade das interações com seus cuidadores, pode ser visto como complementar à hipótese genética, pois frequentemente os familiares de primeiro grau são responsáveis majoritários pelos cuidados da criança. Infelizmente, este é um contexto complexo de ser analisado e, ainda que a fundamentação empírica laboratorial seja convincente, a multideterminação do transtorno evidencia a carência de pesquisas explicativas.

Ainda que não exista uma explicação compreensiva absoluta e unificada para o transtorno, a perspectiva comportamental funcional – seja ela influenciada por genes ou não – apoia o DSM-V no que se refere à importância de aspectos da infância para o estabelecimento do diagnóstico na vida adulta. Patterson (1995) reforça que, entre se relacionar com o mundo de forma antissocial e simplesmente apresentar comportamentos estereotipicamente antissociais, uma distinção é importante.

Além disso, uma crítica realizada há três décadas, presente no *American Journal of Psychiatry* (1990), já evidenciava o foco dos critérios diagnósticos – naquela época, do DSM-III – em comportamentos problemáticos, no lugar de uma estrutura de personalidade subjacente. Argumentos estavam sendo feitos desde a década de 70 sobre o aspecto do manual em “listar epifenômenos”. Uma categorização capaz de distinguir os indivíduos contingentes à lealdade, ansiedade e/ou culpa permitiria tratamentos mais apropriados, possivelmente potencializando suas recuperações/adaptações.

Com o objetivo de investigar o TPAS em detentos, um estudo (Black, Gunter, Loveless, Allen & Sieleni, 2010) contando com uma amostra aleatória de 320 indivíduos em situação de encarceramento foi realizado. Como esperado, em comparação com a população geral, foi obtida uma porcentagem muito mais alta de diagnósticos do transtorno nesta amostra (35,3%). Apesar do DSM-V caracterizar o TPAS como “muito mais comum” no sexo masculino, os autores não obtiveram diferenças significativas entre a prevalência do diagnóstico comparando sexos. Uma hipótese possível seria que, devido ao enfoque do diagnóstico em comportamentos desviantes da norma social, sendo estes muitas vezes atos criminosos, amostras obtidas com indivíduos em situação de encarceramento aproximam variáveis que, em situações cotidianas, estariam mais influenciadas pelo sexo.

Ainda, o artigo de Patterson (1995) encontra uma associação significativa entre a frequência de ofensas criminais e seus níveis de violência, isto é, criminosos violentos estão mais propensos a perpetrar novos crimes. Neste contexto, a taxa de reincidência é um fator importante. Um estudo do *Bureau of Justice Statistics* (Durose, Cooper & Snyder, 2014) que acompanhou 404.638 indivíduos norte-americanos após sua soltura da prisão constatou que, no mesmo ano, 56,7% foram presos novamente; após cinco anos, essa porcentagem subiu para 76,6%. Estatísticas desta natureza trazem à tona uma realidade alarmante, e o interesse por intervenções “corretivas” nos grupos acometidos

por algum tipo de transtorno da personalidade é justificado, visto que compõem grande parte das populações carcerárias.

Dessa forma, parece existir uma tendência de indivíduos diagnosticados com TPAS ao cometimento de crimes, nos quais estão inclusos os violentos, estereotipicamente atribuídos ao transtorno pela falta de empatia e remorso. Entretanto, ainda que os dados apontem nesta direção, a dificuldade de isolar variáveis caracteriza uma barreira para conclusões definitivas. Howard (2006) menciona que, apesar da possibilidade de operacionalizar e correlacionar o risco de danos a outrem com a severidade dos transtornos de personalidade, umnexo causal não pode ser estabelecido. O transtorno da personalidade antissocial, no senso comum, atribui uma essência de “perversidade” ao indivíduo diagnosticado, reforçada por representações midiáticas e dados pessimistas em relação ao prognóstico do transtorno, comentado a seguir.

Meloy e Yakeley (2011) discutem uma meta-análise de 2002 sobre tratamentos corretivos com amostras diversas de indivíduos “psicopáticos”, que descreve resultados positivos. Em especial, intervenções mais longas e intensivas, com uma média de quatro sessões individuais por semana, durante ao menos um ano, se mostraram significativamente mais efetivas. Contudo, a discrepância na qualidade dos estudos disponíveis, que incluem elementos como estudos de caso e/ou opiniões subjetivas do terapeuta, suscitam dúvidas sobre os achados.

Os autores de uma revisão sistemática sobre intervenções psicológicas em pessoas diagnosticadas com TPAS (Gibbon et al., 2010) concluem que não existem evidências suficientes para justificar intervenções neste grupo. A literatura traz dados frequentemente contraditórios e de qualidade duvidosa, onde vieses circunstanciais impossibilitam o entendimento do “quadro geral”. O próprio recorte de indivíduos com o transtorno que são selecionados como amostra é atravessado pela questão criminal, onde existem interesses de adequação comportamental para a vida em sociedade. Resultados positivos de intervenções podem ser supervalorizados por casos não tão “graves” do transtorno, fenômeno permitido pelo aspecto binário do diagnóstico; destarte, instrumentos psicométricos são necessários para uma categorização mais acurada e útil.

### **3. Representação do TPAS na mídia e suas consequências**

Levando em consideração as explicações acima sobre o que é o Transtorno da Personalidade Antissocial e quais comportamentos os indivíduos que o possuem podem apresentar, objetiva-se discutir como o TPAS é apresentado na mídia e quais as possíveis consequências dessas representações na compreensão social do transtorno e, assim, na maneira com que a sociedade lida com esse fenômeno.

Os meios de comunicação em massa, hodiernamente, muito além de cumprirem com o papel de entreter a população, constituem-se como veículos de informação e influem na formação de opiniões (Silva, 2015). Por estarem tão presentes no dia-a-dia das pessoas, tais meios – como os jornais, os filmes, as séries, os programas de TV e as revistas – acabam por ser utilizados para a aquisição de conhecimentos e moldam, na maioria das vezes propositalmente, o imaginário social a respeito dos mais diversos temas. Esse imaginário pode ser considerado como tudo aquilo que atua na construção de representações acerca de algum assunto ou de determinado objeto, isto é, diz respeito à produção e circulação de imagens mentais, visuais ou verbais e à incorporação de sistemas simbólicos diversificados (Barros, 2007).

A partir de tais considerações, pode-se dizer que a maneira – nem sempre condizente com a realidade – que os canais midiáticos escolhem retratar indivíduos que possuem o Transtorno da Personalidade Antissocial acaba sendo a maior fonte de informação da população geral acerca dessas pessoas e, conseqüentemente, dita o olhar com o qual a sociedade as enxerga. As produções cinematográficas e os seriados, por exemplo, costumam utilizar as denominações “psicopata” e “sociopata” e associar os sujeitos com TPAS unicamente à imagem de assassinos em massa, mais conhecidos como *serial killers*. Apesar de que pesquisas feitas com assassinos em série reais indiquem que uma grande porcentagem deles preenche os critérios para psicopatia (Morana, Stone, & Abdalla-Filho, 2006), faz-se necessário contrapor a visão instaurada e ressaltar que nem todo psicopata é ou tornar-se-á um assassino.

Ainda assim, muitas dessas produções são baseadas em histórias reais, como a de Ed Gein, um assassino em série que vestia-se com as peles de suas vítimas e que foi inspiração para os filmes *O Massacre da Serra Elétrica* e *Psicose*. Já o clássico *O Silêncio dos Inocentes* baseou-se tanto em Ed Gein quanto em Ted Bundy, Gary Heidnik e Andrey Chikatilo, protagonistas de outros famosos casos reais (Dantas, 2108). A questão é que, mesmo tratando-se de situações que realmente aconteceram e ainda que existam diferentes abordagens midiáticas dadas aos *serial killers* que potencialmente possuem TPAS, o enfoque faz com que sempre haja uma atmosfera de “mais que um simples ser humano” ao redor desses indivíduos, quase mitológica. Seja pelo viés que os mostra como monstros violentos, que faz com que sejam vistos com medo e repulsa, ou pelo viés que os exhibe como geniais e charmosos, porém frios e manipuladores, que incita certa admiração em algumas pessoas, o fato é que nenhuma dessas visões deveria ser generalizada.

De acordo com Dantas (2018), a atração e o fascínio da população por criminosos é histórica, sendo assim, esse tipo de conteúdo recebe uma grande audiência, o que faz com que o número de filmes e séries com enredos relacionados aos *serial killers* só aumente. Muito provavelmente não existe apenas um motivo que faz com que as pessoas tenham interesse por essas produções. Pode ser que haja uma identificação indireta com esses indivíduos que não seguem as normas as quais a maioria das pessoas é imposta e que podem extravasar algumas coisas que a sociedade como um todo reprime, o que proporciona certo prazer para aqueles que assistem (Schechter, 2013 como citado em Dantas, 2018, p. 39). Além disso, é possível que alguns espectadores tenham apenas curiosidade acerca do funcionamento psicológico dos chamados psicopatas ou até sintam-se satisfeitos com a sensação de que, conhecendo as estratégias utilizadas pelos assassinos em série, estão mais aptos a se protegerem.

Ainda discutindo sobre obras do cinema e séries televisivas, nota-se que a questão do gênero influencia até mesmo na hora da representação midiática do TPAS. Se feita uma breve investigação de como homens e mulheres psicopatas que cometeram assassinatos em série são dramatizados, percebe-se que, enquanto alguns dos assassinos homens recebem destaques positivos através de uma identificação do telespectador com alguns dos valores morais dos mesmos, ainda que a externalização seja feita de uma maneira deturpada; as mulheres acabam sempre retratadas como monstros, como é possível exemplificar nos filmes *A Órfã* e *Monster*, ambos baseados em casos reais. Mesmo tendo cometido atos criminosos que não devem ser subestimados, verifica-se que a não performatização da feminilidade socialmente imposta às mulheres influi até em tópicos drásticos como esse (Quevedo, 2018).

Contudo, não é apenas a partir das representações cinematográficas que a sociedade constrói a sua visão sobre os indivíduos com TPAS. As notícias veiculadas

tanto em jornais televisivos quanto em *sites* também interferem nesse processo. Sendo frequentemente o foco principal, a violência tornou-se indispensável para os meios de comunicação em massa, o que fez com que cenas de crueldade e de brutalidade sangrenta se transformassem em conteúdos não apenas banais como também lucrativos. Aproveitando-se disso, as ocasiões nas quais o Transtorno da Personalidade Antissocial é citado na TV normalmente dizem respeito a crimes hediondos cometidos, sendo que alguns apresentadores, por exemplo, repassam as notícias de forma sensacionalista e dão suas opiniões sem o mínimo de estudo e entendimento, o que favorece a propagação de informações equivocadas ou distorcidas (Dantas, 2018).

Além disso, uma rápida pesquisa na parte de notícias do Google já é o suficiente para salientar esse enfoque que coloca as pessoas com TPAS na mesma categoria de indivíduos totalmente perversos e “do mal”. A maior parte dos *links* que aparecem são ou reportagens sobre assassinatos cometidos ou dicas de como reconhecer um psicopata no seu círculo social para se proteger. São utilizadas frases como “Estes inimigos invisíveis podem fazer parte do nosso dia a dia, sem identificarmos com facilidade quem são eles” (Alvim, 2020, para. 4) e “Afastese! Sua saúde física e mental corre perigo” (Alvim, 2020, para. 8).

Problematiza-se, portanto, essa representação midiática que associa os indivíduos com TPAS exclusivamente a assassinos e criminosos bárbaros com o enfoque dividido entre gênios transgressores mas dignos de admiração e abominações das quais se retira qualquer traço de humanidade. Esquecer que os transtornos relacionados à saúde mental normalmente manifestam-se dentro de um espectro e que com o Transtorno da Personalidade Antissocial não é diferente interfere não só na concepção abstrata das pessoas, mas, também, em questões práticas, como o investimento em tratamentos ou na inserção de indivíduos diagnosticados em diferentes contextos.

Por fim, nota-se que existe um número considerável de artigos e publicações que discorrem sobre os efeitos que as representações midiáticas dos psicopatas têm no público em geral, mas pouco ou nada se fala sobre as possíveis implicações das mesmas para os próprios indivíduos com TPAS. Considerando que os meios de comunicação em massa têm um importante papel na série de mudanças que vêm ocorrendo no modo como as pessoas se veem e se relacionam consigo mesmas, uma vez que o acesso a diferentes informações e estímulos aumenta a cada dia (Zambenedetti, 2012), seria interessante se futuras pesquisas pudessem analisar se a maneira que filmes, séries e notícias abordam esse transtorno interfere na autorrepresentação desses sujeitos.

#### **4. Considerações Finais**

O transtorno da personalidade antissocial, conforme descrito no DSM-V, representa um dos principais transtornos de personalidade contemporâneos. Com uma prevalência na população mundial que o torna comum, caracterizações compreensivas e problematizações emergem, pois diagnósticos psicopatológicos, de maneira geral, são categorizações arbitrárias que organizam indivíduos para fins diversos. Nesse sentido, fazem-se necessárias discussões que vão além da mera descrição, compreendendo a “doença mental” como um fenômeno social e, destarte, considerando variáveis aquém do senso comum.

Os transtornos, por definição, pressupõem uma disfuncionalidade comportamental, frequentemente acompanhada por sofrimento subjetivo. Assim, existe

uma demanda por intervenções psicológicas sempre que o diagnóstico aparece. No caso do transtorno da personalidade antissocial, entretanto, barreiras são observadas. O foco do diagnóstico em epifenômenos, conforme discutido, pode selecionar recortes desproporcionais da população afetada, o que explicaria a disparidade excessiva de diagnósticos decorrentes de comportamentos criminosos e/ou violentos. Além disso, as representações existentes na mídia usualmente exageram as características mais estereotípicas, criando imaginários coletivos onde o transtorno se encontra sempre no ponto mais grave do espectro.

Os prognósticos expressos na literatura são inconclusivos, evidenciando um “ponto cego” para a ciência psicológica. As variáveis associadas ao transtorno são diversas e multideterminadas, contribuindo para a existência de comorbidades – com outros transtornos de personalidade, por exemplo – e atravessamentos sociais cujas dinâmicas não são suficientemente documentadas ou, então, não representam os interesses do poder hegemônico. Não se pode ignorar o impacto da perpetuação de comportamentos antissociais em crimes e, especialmente, os violentos; as taxas altíssimas de reincidências apontam para um grupo de pessoas inseridas em ciclos de violências que se retroalimentam, exemplificados pela probabilidade elevada de diagnósticos intergeracionais e em contextos de vulnerabilidade social.

Em suma, correlações tiradas de seu contexto, como é o caso da super-representação da violência, atendem a um propósito econômico de entretenimento massificado cujo peso em sociedades capitalistas supera muito a demanda por dignidade e emancipação dos indivíduos com o transtorno, pois o retorno obtido com pesquisas e intervenções provavelmente não será satisfatório. Diante disso, uma problemática expressiva surge para produções científicas futuras, onde o baixo incentivo prediz a demora para quaisquer avanços significativos. Curiosamente, o interesse cada vez maior nos indivíduos ditos “psicopatas” parece caminhar no sentido oposto das reais demandas de sua psicopatologia.

## Referências

- Alvim, J. L. (2020, outubro 9). Psicopata: o inimigo pode estar bem perto. *GI*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/blog/psicoblog/post/2020/10/09/psicopata-o-inimigo-pode-estar-bem-perto.ghtml>
- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*, 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- Barros, J. D. (2007). História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. *Conexão - Comunicação e Cultura*, 6(11), 11-39.
- Black, D. W., Gunter, T., Loveless, P., Allen, J., & Sieleni, B. (2010). Antisocial personality disorder in incarcerated offenders: Psychiatric comorbidity and quality of life. *Ann Clin Psychiatry*, 22(2), 113-20.
- Dantas, J. M. M. (2018). *Análise jurídica do serial killer e atuação dada pela mídia* (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Sousa, PB, Brasil.
- Durose, M. R., Cooper, A. D., & Snyder, H. N. (2014). *Recidivism of prisoners released in 30 states in 2005: Patterns from 2005 to 2010* (Vol. 28). Washington, DC: US Department of Justice, Office of Justice Programs, Bureau of Justice Statistics.
- Gerstley, L. J., Alterman, A. I., McLellan, A. T., & Woody, G. E. (1990). Antisocial personality disorder in patients with substance abuse disorders: A problematic diagnosis?. *The American Journal of Psychiatry*.
- Gibbon, S., Duggan, C., Stoffers, J., Huband, N., Völlm, B. A., Ferriter, M., & Lieb, K. (2010). *Psychological interventions for antisocial personality disorder*. *Cochrane Database of Systematic Reviews*. doi:10.1002/14651858.cd007668.pub2
- Howard, R. (2006). What is the link between personality disorder and dangerousness? A critique of “dangerous and severe personality disorder.” *The British Journal of Forensic Practice*, 8(4), 19–23. doi:10.1108/14636646200600021
- Loeber, R., Burke, J., Lahey, B., Winters, A. & Zera, M. (2000, December). Oppositional defiant and conduct disorder: A review of the past 10 years, part I. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 39(12), 1468-1484
- Meloy, J. R., & Yakeley, A. J. (2011). Antisocial personality disorder. *A. A.*, 301(2).
- Morana, H. C. P., Stone, M. H., Abdalla-Filho, E. (2006). Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28, pp. S74-S79.
- Pacheco, J.; Alvarenga, P.; Reppold, C.; Piccinini, C. A.; Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do Comportamento Anti-social na Transição da Infância para a Adolescência: Uma Perspectiva Desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 55-61.
- Patterson, G. R. (1995). Coercion as a basis for early age of onset for arrest.

- Quevedo, J. V. (2018). O monstro que há nela - breve análise biopsicossocial do perfil de assassinas em série do sexo feminino. *Anais do 9º Congresso Internacional de Ciências Criminais – Sistema Penal e Violência / XVIII Congresso Transdisciplinar de Ciências Criminais do ITEC-RS*, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Sakala, L. (2014). Breaking down mass incarceration in the 2010 census: State-by-state incarceration rates by race/ethnicity. *Prison Policy Initiative*, 28.
- Silva, J. P. F. (2015). A psicopatia a partir da psicanálise: desmistificando a visão da mídia. *Mneme - Revista de Humanidades*, 16(37), 72-90.
- Soares, M. H. (2010). Estudos sobre transtornos de personalidade Antissocial e Borderline. *Acta Paulista de Enfermagem*, 23(6), 852-858. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002010000600021>
- Vasconcellos, S. J. L.; Gauer, G. J. C. (2004). A abordagem evolucionista do transtorno de personalidade anti-social. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 26(1), 78-85.
- Zambenedetti, G. (2012). A mídia e o processo de pulverização da figura do sujeito cerebral. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 12(1-2), 73-99.